Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 18/2023 (Lei 14.133/2021)

UASG 70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO

Avisos (0)

Impugnações (1)

Esclarecimentos (1)

12/07/2023 14:01

Trata-se de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, encaminhada pela empresa XXXX, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 18/2023, cujo objeto é a Contratação de serviços de agente de integração (AI) para operacionalizar os programas de estágio (nível superior e pós-graduação) e residência jurídica do TRE/MA.

Em resumo, a impugnante se insurge contra a previsão do edital estatuída no subitem “6.19” do Termo de Referência do edital e requer que sejam alterados do edital; que assim dispõem:

6.19. Indicar formalmente preposto para representá-la na execução do contrato, o qual deverá comparecer à sede do tribunal, sempre que necessário, em até 24h, contadas da notificação.

A impugnante alega que, o subitem 6.19 do Termo de Referência do edital, trata-se de exigências descabidas que apenas restringe sutilmente a ampla participação de empresas do ramo que não possuem sede em Maranhão/MA, e, por isso, teriam um elevado custo extra para locação de escritório, equipamentos e/ou deslocamento de funcionário ao Município, ainda mais, em prazo de 24 horas. Estas que até poderão participar, mas não conseguirão competir em posição de igualdade devido ao fato de terem que incluir em seu preço todo o custo administrativo relacionado à manutenção de funcionário na cidade, implicando concorrência desleal e anti-isonômica, vez que todos os serviços necessários ao contrato poderão ser prestados pela licitante vencedora de forma remota, via atendimento online, de modo que a exigência do certame não se justifica.

A impugnante alega ainda que é evidente que a possibilidade de exigência de manutenção de funcionário no Município de Maranhão/MA, para atendimento em até 24 hora, possui caráter meramente restritivo, atentando assim, contra o princípio da ampla competitividade, da isonomia e da proposta mais vantajosa, eliminando, desde o princípio, potenciais participantes.

Segundo a impugnante a manutenção de exigências e limitações, além de incompatível e desproporcional, configura grave afronta ao princípio da ampla participação e isonomia, bem como é contrária a orientação do Tribunal de Contas da União. Além disso, trata-se de uma exigência que afronta o princípio da motivação, que deve ser observado pela Administração Pública.

Nesse esteio, o instrumento convocatório e seus anexos não demonstram, de forma nenhuma, a existência de necessidade técnica de exigir profissional na sede da contratante, pois todos os serviços necessários poderão ser prestados de forma online por meio de plataforma disponibilizada no site da empresa Impugnante. Como se está a demonstrar, não há amparo jurídico para o órgão promotor do certame requerer tal exigência se a prestação dos serviços em atendimento à Lei Federal n° 11.788 de 25/09/2008, pode ser realizada de forma remota.

A exigência sobre a qual se está a discorrer nesta peça, sobretudo por não contar com amparo em justificativa técnica, é ilícita. Deve, portanto, ser retirada do edital deste certame. Se essa providência não for tomada, restará anular o certame, se não administrativamente, através de pleito judicial.

A Impugnante disponibiliza, através do seu site, plataforma digital onde os estudantes podem cadastrar seu currículo e se candidatar às vagas disponíveis, de forma gratuita. A seleção e o encaminhamento para entrevista também ocorrem através da plataforma, bem como a disponibilização de todos os arquivos relacionados ao contrato e avaliação dos estagiários, relatórios de estágio e termo de rescisão, garantindo um atendimento online ágil e auxiliando no esclarecimento de dúvidas tanto por parte dos estudantes como do ente público, tudo rigorosamente em conformidade com a Lei Federal n° 11.788 de 25/09/2008.

Este modelo de prestação dos serviços de Agente de Integração de Estágio online, adotado pela Impugnante e por várias outras empresas do ramo, além de agilizar, modernizar e trazer maior segurança à prestação dos serviços e às partes envolvidas, ainda proporciona uma expressiva economicidade aos órgãos públicos, devido à redução dos custos administrativos envolvidos na execução do serviço prestado, permitindo a ampla participação de empresas do ramo e resultando na oferta de uma proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Diante o exposto, a impugnante seja retificado o Edital do certame promovendo-se a exclusão das cláusulas apontadas, que exigem Indicar formalmente preposto para representá-la na execução do contrato, o qual deverá comparecer à sede do tribunal, sempre que necessário, em até 24h, contadas da notificação, a fim de que a competição não seja direcionada ou beneficie as empresas locais, privilegiando-se a mais ampla competitividade, a isonomia e a contratação da proposta mais vantajosa.

Em síntese, é o que tínhamos a relatar.

Passemos à análise dos argumentos apresentados pela impugnante.

No que diz respeito à exigência do subitem 6.19 do Termo de Referência do edital, tal exigência encontra amparo no art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, in verbis:

“O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.”

Ante o exposto, a exigência do subitem 6.19 do Termo de Referência do edital possui amparo legal, estando de acordo com as legislações vigentes. Nesse sentido, compreendemos pertinente que a exigência do edital.

Cumpramos destacar ainda, que no edital não foi solicitado que a empresa possua escritório no Maranhão, mais somente que indique o preposto para representá-la quando houver necessidade, de forma excepcional, em que, por alguma situação atípica, não seja possível resolvê-la somente por meio do contato remoto, sendo portanto, nesse caso, imprescindível reunião presencial com a empresa contratada.

Por fim, manifesto-me favorável à manutenção do subitem 6.19 previsto no Edital do Pregão nº 18/2023, ora impugnado.

Desta feita, não há razões para prosperar o pedido de impugnação interposto. Assim, entendemos pela improcedência do pedido de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 18/2023 apresentado pela empresa XXXX.

Desse modo, demonstrado que as regras editalícias não ferem o princípio da legalidade e nem tampouco os princípios da isonomia e da competitividade, conclui-se que as exigências do edital não são obstáculos para a participação no certame, tendo em vista que tais regras dirigem-se a todos os interessados que atendam às condições prevista para contratação.

Pelo exposto, refutadas as alegações da impugnante, DECIDO pelo não acolhimento da impugnação apresentada pela empresa XXXXX, com fulcro nos arts. 164, parágrafo único da Lei n.º 14.133/2021, bem como o art. 14, inciso III, alínea A do decreto n.º 11.246/2022.

São Luís, 12 de julho de 2023.

Fábio Leal Barbosa -
Pregoeiro Oficial